

Verbas para garantir votos

Apesar do estilo mais suave, o deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS) parece ter aprendido bem o esquema político de João Alves e dos anões da Comissão de Orçamento. Sua votação no pequeno município de Erval Grande, de 7.425 habitantes, na região do Alto Uruguai, é um bom exemplo. Sem nunca ter pisado no município, Ibsen conseguiu o triplo da votação do deputado Odacir Klein, que nasceu e já foi prefeito na região. Isso porque Ibsen incluiu vários recursos para o município no Orçamento da União. Entre outras emendas, ele obteve Cr\$ 10 milhões (em valores da época) do Ministério da Ação Social para a canalização de um riacho. Também foram liberados Cr\$ 1,5 milhão para a construção de um Centro Cultural (ainda hoje inacabado) e outros Cr\$ 760 milhões para a Escola Agrotéc-

nica Municipal, também em fase de construção.

"Foi tudo resultado da necessidade e do nosso trabalho", argumenta o ex-prefeito Daniel Imlau (PMDB). De acordo com o seu sucessor, Renato Pasquete (PMDB), as obras só não foram concluídas porque a última parcela depende de uma liberação de verbas do FGTS. "Não se pagou intermediários e tudo o que veio foi aplicado", defende Pasquete. Mas para o prefeito de Erechim, Antônio Dexheimer, que governa a maior cidade da região, alguma coisa está errada. "Acho estranho que não tenhamos recebido um tostão", observa. Para outro prefeito da região, o esquema é parecido com o do Nordeste. "Os deputados conseguem verbas na Comissão de Orçamento e transformam os prefeitos em cabos eleitorais", conta. (S.B.)